NOTA DE PESAR E REPÚDIO

OS FEMINICÍDIOS NO CEFET-RJ E A BARBÁRIE DE UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA

Homens têm medo de que as mulheres riam deles.
Mulheres têm medo de que os homens as matem.
— Margareth Atwood

A Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná – Seção Sindical do ANDES-SN (APUFPR-SSind) manifesta seu profundo pesar e consternação diante do brutal assassinato das servidoras **Allane de Souza Pedrotti Matos** e **Layse Costa Pinheiro**, do CEFET-RJ, vítimas de feminicídio praticado por **um homem que não aceitava ser liderado por mulheres**. Expressamos nossa irrestrita solidariedade às famílias, amigas, amigos, colegas e a toda comunidade do CEFET-RJ, que hoje choram a perda de duas mulheres dedicadas ao serviço público e à educação.

A violência que lhes tirou a vida não é um caso isolado, tampouco imprevisível. Como amplamente noticiado pela imprensa, os episódios de perseguição, hostilidade e incômodos manifestados pelo agressor contra mulheres em posições de liderança eram conhecidos, documentados e reiterados. Ainda assim, a administração pública não adotou as medidas necessárias para impedir que a escalada de violência culminasse em uma tragédia anunciada. Houve negligência. Houve omissão. As servidoras foram deixadas desprotegidas diante de um agressor cujo comportamento já revelava sinais evidentes de risco.

A realidade exposta por este crime brutal revela a face mais extrema do **machismo estrutural** que atravessa o cotidiano das mulheres brasileiras, inclusive em ambientes acadêmicos e administrativos. Mulheres continuam sendo hostilizadas,

silenciadas e violentadas — mesmo quando ocupam posições hierárquicas de liderança, o que deveria garantir maior respeito institucional. O que se viu no CEFET-RJ é expressão cruel dessa estrutura social que banaliza o ódio, legitima a violência e expõe mulheres, diariamente, a riscos que homens não enfrentam.

Nesse contexto, é urgente discutir a necessidade de **criminalização específica da misoginia (Projeto de Lei 896/2023)**, equiparando-a ao racismo e à homofobia como forma de violência e discriminação estrutural. A misoginia, enquanto ideologia de ódio contra mulheres, alimenta e legitima comportamentos violentos, perseguições funcionais, assédios e, em casos extremos, feminicídios. Reconhecê-la juridicamente como crime autônomo é medida indispensável para avançar na desconstrução do machismo e para responsabilizar de maneira efetiva aqueles que reproduzem práticas misóginas em ambientes institucionais ou privados.

É igualmente grave constatar que **o autor dos feminicídios era portador de registro de Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador (CAC)**, o que lhe possibilitou acesso facilitado a armamentos de alto potencial letal. Mais uma vez, vemos os efeitos devastadores da política de flexibilização e incentivo ao armamento civil implementada durante o governo Bolsonaro — uma herança trágica que fortaleceu grupos extremistas, ampliou o poder de destruição de indivíduos violentos e aprofundou a vulnerabilidade de mulheres, pessoas negras, pessoas pobres e demais grupos historicamente oprimidos.

Reafirmamos que **armar a população significa aumentar mortes, especialmente entre aquelas pessoas que já são alvos preferenciais da violência estrutural brasileira**. O atual governo federal deve acelerar as políticas de controle de armas e de desmonte do arsenal deixado pelo extremismo político recente, sob pena de assistirmos, repetidas vezes, a tragédias evitáveis como esta.

A APUFPR-SSind se soma ao clamor nacional pela adoção imediata de medidas efetivas de prevenção à violência contra mulheres em todos os espaços públicos e privados.

Não permitiremos que a memória das companheiras se perca em meio à banalização da violência de gênero:

Allane de Souza Pedrotti Matos, presente!

Layse Costa Pinheiro, presente!

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

Diretoria da APUFPR-SSIND